3.1. Artigos Originais

3.1.1 A Língua Portuguesa no Ensino Médio à Luz da BNCC

Aluana Xavier de Lima

A Língua Portuguesa no Ensino Médio à Luz da BNCC

A.X. LIMA

Mestre, São Paulo, Ciências Humanas, Educação, Universidade Santo Amaro, UNISA, São Paulo – SP, Brasil, aluana.limawa@gmail.com

COMO CITAR O ARTIGO:

LIMA, A.X. **A Língua Portuguesa no ensino médio à luz da BNCC**. URL: [www.italo.com.br/portal/cepep/revista eletrônica.html](http://www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html). São Paulo SP, v.11, n.4, p. 108-124, out/2021

RESUMO

O ensino da Língua Portuguesa no Ensino Médio se reflete de forma desafiadora na educação. A Base Nacional Curricular é um documento que proporciona um entendimento pontual acerca desse tema, pois traz a proposta de nortear os saberes essenciais para todas as etapas da educação básica. Considerando tais aspectos, o artigo traz uma reflexão, por meio um levantamento bibliográfico, sobre as proposições da BNCC para a área de Língua Portuguesa no seguimento do Ensino Médio, em uma discussão sobre as contribuições dessa normativa para a formação dos jovens que fazem parte dessa etapa da educação. As inovações que a BNCC propõe resulta em um ensino voltado para as vivências sociais, articulando teoria e prática em metodologias na qual o aluno se faz o ator principal do aprendizado.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Ensino Médio. Base Nacional Comum Curricular.

ABSTRACT

The teaching of the Portuguese language in high school is reflected in a challenging way in education. The National Curricular Base is a document that provides a specific understanding of this theme, as it brings the proposal to guide the essential knowledge for all stages of basic education. Considering such aspects, the article brings a reflection, through a bibliographic survey, on the proposals of the BNCC for the area of Portuguese Language in the pursuit of High School, in a discussion on the contributions of this norm for the formation of the young people who are part of this education stage. The innovations that BNCC proposes result in a teaching focused on social experiences, articulating theory and practice in methodologies in which the student becomes the main actor of learning.

Keywords: Portuguese language. High school. Common National Curricular Base.

Introdução

A Língua Portuguesa se estabeleceu no Brasil desde o seu descobrimento. É um elemento fundamental para a formação e comunicação do cidadão brasileiro, seja em sua forma falada ou em sua forma escrita. Embora, a linguagem oral não dependa do ambiente escolar para ser concebida enquanto aprendizagem, a linguagem escrita enraizada pela simbologia, padrões, formas e referências é condicionada a escolarização, pois não é inata.

Nessa direção, as expectativas em relação ao Ensino Médio tornam-se cada vez mais complexas, pois a sociedade contemporânea pressupõe várias demandas, na qual o jovem deve estar preparado em sua formação cognitiva, social e emocional. Entretanto, é preciso pensar no ensino desse público considerando suas múltiplas dimensões e especificidades. Nesse sentido a Língua Portuguesa como uma unidade de comunicação pode auxiliar nesse processo.

Em uma pesquisa pautada por uma metodologia de cunho qualitativo, em um levantamento bibliográfico, propõe-se nessa discussão relacionar o ensino da Língua Portuguesa no Ensino Médio em articulação a BNCC para entender como essa área de conhecimento se desenvolve e se manifesta entre os jovens no processo final de escolarização, compreendendo assim a relevância do documento para o ensino da Língua Portuguesa.

Essa pesquisa tem como objetivo principal refletir sobre as proposições da BNCC para a área de Língua Portuguesa no seguimento

do Ensino Médio. Além do foco central, objetiva-se especificamente: analisar o percurso histórico do ensino da Língua Portuguesa no Brasil; entender a organização da BNCC em relação ao ensino da Língua Portuguesa no Ensino Médio; compreender os princípios fundamentais do documento para a referida área de conhecimento para o seguimento final da Educação Básica.

Os referenciais teóricos utilizados se pautaram na legislação vigente, nos quais foram representados pelas normativas: LDBN(1996), PCN(1997) e BNCC(2017).

Movimentos históricos acerca do ensino da Língua Portuguesa no Brasil

A Língua Portuguesa chegou ao Brasil influenciada pelos portugueses no final do século XV, período no qual os povos indígenas brasileiros vivenciaram os primeiros contatos com o idioma. Nos anos seguintes essa população foi progressivamente submetida a integrar o português como uma de suas línguas para facilitar a comunicação entre os índios e os portugueses.

De acordo com Dias (2001) a incorporação da Língua Portuguesa de forma incisiva no Brasil ocorreu por volta do século XVIII, quando a coroa portuguesa foi motivada a consolidá-la como língua nacional, na medida em que vários países já passavam por esse processo. Desta forma, determinava-se “na carta régia de 12 de setembro de 1727 [...], ao Superior dos religiosos da Companhia de Jesus no Maranhão, que a

língua portuguesa fosse ensinada aos índios para o benefício da Coroa e dos moradores da terra.” (p. 186). Tal medida levou Portugal a institucionalizar o ensino da Língua Portuguesa no Brasil.

A partir daí, diante da constituição histórico-cultural brasileira a língua foi se transformando e angariando estruturas próprias que foram evidenciadas no ensino:

Na implantação do ensino de língua no Brasil, buscou-se cultivar os padrões de língua escrita vigentes em Portugal, falada por uma elite situada nos principais centros urbanos e a língua portuguesa, de base oral, utilizada pela população rural, analfabeta, e pela maioria da população das cidades que não tinha acesso à escola. (DIAS, 2001, p. 187).

Somente no século XIX, período no qual o país conquistou sua independência, a Língua Portuguesa se constitui como língua própria e se desvinculou da variação do português de Portugal, como era vista nos anos anteriores. Nessa perspectiva, os brasileiros passam a ter outra relação com a língua e iniciaram a produção de instrumentos que sistematizam o referido idioma até o momento.

Os avanços em relação ao reconhecimento da língua como ciência ocorre em meados do século XX, período em que o Brasil busca consolidar a Língua Portuguesa no ensino por meio de políticas públicas e normatização dos documentos estabelecidos pelo Ministério da Educação, entre eles os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) que contempla o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, propondo diretrizes de trabalho por disciplina. O documento caracteriza-se por ser uma forma de parametrizar a avaliação do ensino em larga escala e passa a ser um orientador do que se ensina e como se ensina.

Em relação a Língua Portuguesa o PCN vislumbra que a escola ao ensinar essa disciplina “tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos” (BRASIL, 1997, p.15).

No século XXI esse movimento ganha força com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (2017) que vem com uma proposta de direcionar o que deve ser ensinado em todas as escolas do Brasil, unificando o ensino das escolas públicas e particulares, determinando aprendizagens essenciais para todos os alunos da Educação Básica¹. Nessa perspectiva a Língua Portuguesa se apresenta como uma área de conhecimento² e amplia as possibilidades do componente curricular em diálogo com o previsto nos PCNs.

No que concerne a Língua Portuguesa no Ensino Médio, a BNCC apresenta uma proposta muito próxima ao que se retrata no PCN:

Cabe ao Ensino Médio aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos, e alargar as referências estéticas, éticas e políticas que cercam a produção e recepção de discursos, ampliando as possibilidades de fruição, de construção e produção de conhecimentos, de compreensão crítica e intervenção na realidade e de participação social dos jovens, nos âmbitos da cidadania, do trabalho e dos estudos (BRASIL, 2017, p. 498).

¹ A LDBN (1996) estabelece que a Educação Básica se compõe da seguinte forma: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (Art. 4, inciso I).

² Integram dois ou mais componentes do currículo para melhor compreender a realidade e atuar nela. Essa organização não exclui necessariamente as disciplinas, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implica o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino (Parecer CNE/CP nº 11/2009).

Nessa proposta a linguagem, envolvendo gêneros textuais e discursivos, consiste em práticas articuladas a realidade vivenciada, considerando várias habilidades desenvolvidas nas séries anteriores, fazendo com que o educando aplique seus conhecimentos linguísticos em vários campos sociais.

O ensino da Língua Portuguesa carrega um sentido de uniformização de saberes, na tentativa de oportunizar as mesmas condições de aprendizagem para todos, buscando um modelo determinado de sociedade.

Princípios da BNCC no Ensino Médio

A Base Nacional Comum Curricular (2017) é uma normativa que define as aprendizagens fundamentais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica – de forma progressiva e por áreas de conhecimento. Trata-se de uma referência nacional e obrigatória para a formulação dos currículos dos sistemas de ensino das redes escolares dos estados e municípios, com o propósito de nortear a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Para o Ensino Médio, a BNCC retrata que:

(...) é a etapa final da Educação Básica, direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro. Todavia, a realidade educacional do País tem mostrado que essa etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação. Para além da necessidade de universalizar o atendimento, tem-se mostrado crucial garantir a

permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras (BRASIL, 2017, p. 461).

Essas afirmações vão ao encontro das finalidades dispostas para o seguimento estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), que seu Art. 35 prevê:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Essas concepções buscam a confirmação dos conhecimentos adquiridos no seguimento que antecede o Ensino Médio e possibilita a progressão dos estudos atendendo as necessidades da dinâmica social contemporânea de forma integral.

Nessa sequência da educação básica as aprendizagens essenciais são definidas por área de conhecimento, com competências específicas a formação do estudante do Ensino Médio. Essas competências são particularizadas por habilidades a serem desenvolvidas ao longo de cada etapa, articuladas aos itinerários formativos. Nessa concepção o currículo do Ensino Médio torna-se um modelo diversificado e flexível.

Os itinerários formativos – estratégicos para a flexibilização da organização curricular do Ensino Médio, possibilitam opções de

escolha aos estudantes – podem ser estruturados com foco em uma área do conhecimento, na formação técnica e profissional ou, também, na mobilização de competências e habilidades de diferentes áreas, compondo itinerários integrados, nos seguintes termos das DCNEM/2018: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional (BRASIL, 2017, p. 477).

A expectativa dessa conjuntura supõe uma formação geral básica, na qual as propostas pedagógicas de todas as escolas do Brasil, que comportam o Ensino Médio, garantam as aprendizagens essenciais definidas na Base Nacional Comum curricular.

A Língua Portuguesa no Ensino Médio em diálogo com a BNCC

De acordo com a Lei 13.415 (BRASIL, 2017), em seu artigo 3º dispõe que “O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio”. Na BNCC, as habilidades do primeiro componente se organizam por meio de campos de atuação social, sem indicação de seriação e abrange o português brasileiro como principal referência pedagógica. Conforme disposto no documento “essa decisão permite orientar possíveis progressões na definição anual dos currículos e das propostas pedagógicas de cada escola” (BRASIL, 2017, p. 485).

Os campos de atuação social contextualizam as práticas de linguagem no Ensino Médio e se relacionam com os campos propostos também no Ensino fundamental.

Figura 1: Campos de atuação propostos pela BNCC

ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO
Anos iniciais	Anos finais	
Campo da vida cotidiana		Campo da vida pessoal
Campo artístico-literário	Campo artístico-literário	Campo artístico-literário
Campo das práticas de estudo e pesquisa	Campo das práticas de estudo e pesquisa	Campo das práticas de estudo e pesquisa
Campo da vida pública	Campo jornalístico-midiático	Campo jornalístico-midiático
	Campo de atuação na vida pública	Campo de atuação na vida pública

(Fonte: BRASIL, 2017, p. 501)

O trabalho com diversos gêneros textuais e literatura ficam evidentes ao vislumbrar os campos de atuação social desenvolvidos no Ensino Médio:

O campo da vida pessoal está em questão também possibilitar vivências significativas de práticas colaborativas em situações de interação presenciais ou em ambientes digitais e aprender [...]

No cerne do **campo de atuação na vida pública** está o domínio básico de textos legais e a discussão e o debate de ideias, propostas e projetos [...] A discussão sobre o Estatuto da Juventude e seu cumprimento e a análise e produção coletiva de projetos de lei também são postos em evidência. Análises de campanhas e programas políticos e de políticas públicas, bem como de estratégias de acompanhamento do exercício do mandato de governantes, também são consideradas em algumas das habilidades propostas

Em relação ao **campo jornalístico-midiático** Além dos gêneros propostos para o Ensino Fundamental, são privilegiados gêneros mais complexos relacionados com a apuração e o relato de fatos

e situações (reportagem multimidiática, documentário etc.) e com a opinião (crítica da mídia ensaio, vlog de opinião etc.). Textos, vídeos e podcasts diversos de apreciação de produções culturais também são propostos, a exemplo do que acontece no Ensino Fundamental, mas com análises mais consistentes, tendo em vista a intensificação da análise crítica do funcionamento das diferentes semioses.

No **campo artístico-literário**: Gêneros e formas diversas de produções vinculadas à apreciação de obras artísticas e produções culturais (resenhas, vlogs e podcasts literários, culturais etc.) ou a formas de apropriação do texto literário, de produções cinematográficas e teatrais e de outras manifestações artísticas (remediações, paródias, estilizações, videominutos, fanfics etc.) continuam a ser considerados associados a habilidades técnicas e estéticas mais refinadas. Traços de Linguagem, Cáceres, v. 3, n. 1, p. 35-46, 2019.

O **campo das práticas de estudo e pesquisa** mantém destaque para os gêneros e habilidades envolvidos na leitura/escuta e produção de textos de diferentes áreas do conhecimento e para as habilidades e procedimentos envolvidos no estudo (BNCC, 2017, p. 502-504).

A pesquisa, embora tenha um campo próprio definido perpassa sobre todos os outros campos, pois possibilita a seleção, a validação, o tratamento e a organização da informação ao estar presente nas práticas metodológicas dos conteúdos. O mesmo ocorre com os Direitos Humanos que também se articula com vários campos na medida em que o debate de ideias e a defesa dos direitos são necessárias para a formulação dos conhecimentos.

Outro ponto que se expressa enfaticamente é o trabalho que se manifesta como um ato de transformação do ser humano, entendido como necessário para o seu processo de evolução em consonância com a sua interferência na natureza e na realidade em que vive por meio da reprodução da vida material.

Um aspecto que não é evidenciado nos PCNs, mas se expressa com muita força na BNCC é o resgate das Ciências da Linguagem na descrição das habilidades. Tais aspectos são fundamentais para teorizar as práticas sociais contempladas no ensino de Língua Portuguesa e se colocam a disposição de todos os campos de atuação social.

Diante do exposto, cabe ao educador de Língua Portuguesa do Ensino Médio realizar um trabalho voltado ao favorecimento das competências gerais e específicas, bem como a promoção das habilidades dessa área de conhecimento, por meio de uma metodologia que contemple a contextualização da teoria, a prática e a realidade em que o aluno está inserido.

Considerações finais

A análise demonstra como o ensino de Língua Portuguesa se consolidou ao longo da história e a constituição dessa área de conhecimento em diálogo com a normativa da Base Nacional Comum Curricular.

Diante da pesquisa, verificou-se que as inovações para o Ensino Médio em Língua Portuguesa, de acordo com a BNCC, correspondem a explicitação do português brasileiro no trabalho pedagógico do seguimento; o foco em textos e gêneros multissemióticos; o retorno das Ciências da Linguagem; a literatura com ênfase na formação do leitor literário, com habilidades associadas a competências específicas,

auxiliando os educadores a conhecer o alcance mais amplo dos saberes. Tudo isso constituído em sistema não seriado.

Nessa perspectiva, os conteúdos passam a ser coadjuvantes e as práticas metodológicas sociais passam a ser prioridade no ensino da Língua Portuguesa, na medida em que o uso da língua, a reflexão dessa língua e o reuso em uma dimensão teórica aponta para um aprendizado mais significativo, no qual o educando deixa de ser um mero espectador e passa a ser o protagonista do seu conhecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 3ª versão revista. Brasília, MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_ve rsaofinal_site.pdf Acesso em: 21 de agosto de junho de 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Parecer nº 3, de 8 de novembro de 2018. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download &alias=102311-pceb003-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102311-pceb003-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192) . Acesso em 22 de outubro de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em 26 de setembro de 2020.

BRASIL. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art3 . Acesso em: 22 de outubro de 2020.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf> Acesso em 15 de setembro de 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. Parecer nº 11, de 30 de junho de 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_minuta_cne.pdf . Acesso em: 27 setembro de 2020.

DIAS, Luiz Francisco. O nome da língua do Brasil: uma questão polêmica. In: História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.